

Entidades propõem grupo permanente de fiscalização

(Pedro Palazzo e Patrícia Drummond)

29 de janeiro de 2013 (terça-feira)

Órgãos e entidades relacionados a atualização das normas de segurança e prevenção a incêndio em Goiás propõem a criação de um grupo conjunto para fiscalização permanente de boates e similares e a contratação de responsável técnico em cada estabelecimento. As propostas integram carta divulgada ontem, após reunião realizada na tarde de ontem, na sede do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

Atualmente não há clareza sobre as responsabilidades e a frequência das verificações. A carta cita consulta pública para atualização das normas - disponível no site do Corpo de Bombeiros de 21 de novembro do ano passado até 13 de fevereiro deste ano - mas ressalta a necessidade de se cumprir as regras já existentes. "Muitos estabelecimentos hoje estão em risco. É preciso explicar para a população quais são os procedimentos mínimos de segurança", afirma o presidente do CAU, John Silveira.

"A Agência Municipal de Meio Ambiente (Amma) só checa o som, o projeto acústico. Não é competência nossa se estão soltando fogos de artifício. Isso é do Corpo de Bombeiros", afirma o diretor de fiscalização da agência municipal, Ailton Rossi. O Corpo de Bombeiros não enviou representante para a reunião. Ao CAU, a corporação justificou que ainda não há indicação de novo integrante para o grupo.

"OLHAR DO CLIENTE"

Já o Corpo de Bombeiros apostam em uma mudança do olhar do cliente em relação aos estabelecimentos que frequenta, como resultado da tragédia ocorrida em Santa Maria. "Acreditamos que, agora, a população, ao frequentar casas noturnas e outros ambientes de lazer, como aquela boate em Santa Maria, vai se atentar para detalhes que, antes, passavam despercebidos", afirma o tenente coronel Luiz Renato Piloto Lopes, da Defesa Civil.

De acordo com o capitão Rodrigo Ferreira da Silva, também da Defesa Civil, é considerado satisfatório, atualmente, o número de bombeiros em Goiás atuando na fiscalização de estabelecimentos comerciais. Conforme relata, apenas na capital, são cerca de cinco equipes em cada um de três batalhões trabalhando, diariamente, nesse sentido. Além de Goiânia, a fiscalização é realizada, também, nos 35 municípios do Estado em que o Corpo de Bombeiros está presente. "Podemos afirmar que a maioria das casas, hoje, mantém a preocupação com a questão da segurança", declara o capitão.

Maioria não cumpre exigências em Anápolis, alerta Corpo de Bombeiros

(Paulo Nunes Gonçalves, de Anápolis)

29 de janeiro de 2013 (terça-feira)

A maioria das casas noturnas de Anápolis não cumpre as exigências estabelecidas pelo Código de Segurança contra Incêndios, Explosões e Pânicos de Goiás. De acordo com frequentadores dos estabelecimentos mais conhecidos da cidade, a principal irregularidade é a falta de saídas de emergências, um dos itens mais importantes, conforme atesta o tenente Helion José Garcino, do Corpo de Bombeiros.

Apesar das irregularidades, nenhum estabelecimento foi interditado pelo Corpo de Bombeiros em 2012, conforme relatou o tenente Garcino. Ele explicou que as casas noturnas são fiscalizadas anualmente e que os estabelecimentos que apresentam irregularidades são notificados, recebendo um prazo para que possam colocar a situação em ordem. "Se isso não acontece, o Corpo de Bombeiros pode interditar o estabelecimento", disse.

O tenente explicou que o código exige que os estabelecimentos com até 750 metros quadrados, para funcionar, precisam ter pelo menos duas saídas de emergência, iluminação de emergência e sinalização de extintores, entre outras exigências. Já os estabelecimentos com mais de 750 metros quadrados precisam ainda de um acesso especial para as viaturas dos bombeiros; segurança estrutural, alarme de incêndio e um plano de intervenção para casos emergenciais.

De acordo com o diretor da Divisão de Posturas, Leonardo Xavier Nunes, o órgão que ele comanda realiza o trabalho em conjunto com os bombeiros, explicando que nas vistorias realizadas pela Postura são conferidas a vigência do Alvará de Funcionamento, a metragem do estabelecimento e o cumprimento da legislação que regula o horário e a decimetragem das emissões de som.

Em Rio Verde, metade das boates está irregular

(Fernando Machado, de Rio Verde)

29 de janeiro de 2013 (terça-feira)

Cinco das 10 casas noturnas em funcionamento em Rio Verde, Sudoeste do Estado, não atendem as exigências de segurança do Corpo de Bombeiros. Segundo o chefe da companhia operacional, tenente Alex Divino Pereira, três delas ainda têm prazo para cumprir as normas e duas podem ser interditadas por não terem apresentado a documentação necessária.

As omissões vão desde a falta de manutenção periódica de extintores de incêndio até a ausência de saídas de emergência em caso de explosão, pânico ou desastre. O tenente explica que muitas casas também carecem de itens de segurança básica, como iluminação nas portas de saída e emergência. Ele aconselha que, antes de entrarem nesse tipo de estabelecimento, os clientes devem observar a existência ou não de certificado dos Bombeiros em local visível na entrada.

Segundo o secretário municipal da Fazenda, Miguel Vicente Lopes, a prefeitura só emite ou renova os alvarás de funcionamento das empresas mediante apresentação do Certificado de Conformidade do Corpo de Bombeiros. A fiscalização dos militares acontece uma vez ao ano, normalmente no mês de setembro.